

**Acto n. 233, de 5 de Janeiro de 1925**

Crêa a Procuradoria Municipal.

O Engenheiro Octavio Francisco da Rocha, Intendente do Município de Porto Alegre, etc., etc.

Considerando que o desenvolvimento dos serviços referentes ás desapropriações por necessidade ou utilidade publica, aos contractos e mais actos juridicos em que intervem o Município, á sua representação activa ou passiva em juizo exige a criação de um órgão especial a que permanentemente seja confiada a defesa dos interesses municipaes ;

Considerando que é de alta conveniencia imprimir unificação e celeridade a taes trabalhos ;

No uso das attribuições que lhe confere a Lei Organica, Art. 23 §§ 1º e 3º e de accôrdo com a autorização que lhe foi dada pelo Art. 1º da Lei n. 26, de 30 de dezembro de 1924,

RESOLVE

Art. 1º — Fica instituida a Procuradoria Municipal, á qual compete :

a) Preparar e minutar os contractos em que fôr, parte a Municipalidade ;

b) Promover e defender os direitos da fazenda municipal em quaesquer feitos e especialmente intentar os executivos fiscaes para a prompta cobrança da divida activa, uma vez exgottados os meios amigaveis ;

c) Prestar informações, sempre que lhe sejam solicitadas, sobre assumptos juridicos que digam respeito á Municipalidade.

Art. 2º — As attribuições da Procuradoria Municipal ficam a cargo de um assessor juridico e dois

solicitadores, junto aos quaes funcionará um archivista, todos com os vencimentos fixados em lei.

Art. 3º — Compete ao assessor juridico :

a) superintender e distribuir os trabalhos da Procuradoria ;

b) expedir instrucções verbaes ou escriptas para o andamento regular dos serviços ;

c) formular parecer sobre as questões que lhe sejam sujeitas ;

d) designar, com a aprovação do Intendente, quem deva substituir no caso de impedimento ou falta ;

e) receber citações, inclusive a inicial ;

f) praticar todos os actos e tomar todas as medidas concernentes á realização dos fins a que se destina a Procuradoria.

Art. 4º — Compete aos solicitadores :

a) colligir e ministrar ao assessor juridico todas as provas necessarias para a defeza perante os juizos e tribunaes dos direitos da fazenda municipal ;

b) providenciar sobre o andamento das causas em que esta tenha interesse, praticando todos os actos que tocam aos solicitadores em geral ;

c) agir de conformidade com as instrucções fornecidas pelo assessor juridico ;

d) fornecer a este mensalmente, ou quando sejam reclamados, informes sobre o andamento dos serviços da Procuradoria ;

e) substituir o assessor juridico, quando se torne necessario.

Art. 5º — Compete ao archivista :

a) protocolar o expediente e guardar o archivo da Procuradoria ;

b) registrar, em livro especial, os pareceres emittidos e em geral executar quaesquer trabalhos que,



referentes aos negocios da Procuradoria, lhe sejam confiados.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrario.

Intendencia Municipal de Porto Alegre, 5 de Janeiro de 1925.

*Octavio F. da Rocha,*  
Intendente.

### **Acto n. 234, de 10 de Janeiro de 1925**

Transfere os 2ºs escripturarios  
Francisco Borges Fortes e Delicardiense Escobar Marques.

O Enhenheiro Octavio Francisco da Rocha, Intendente do Municipio de Porto Alegre, no uso das attribuições que lhe confere a Lei Organica, Art. 23, §§ 1º e 8º, resolve transferir, definitivamente, o 2º escripturario Delicardiense Escobar Marques, da Directoria da Despeza para a Directoria da Assistencia Publica e desta para aquella o tambem 2º escripturario Francisco Borges Fortes.

Intendencia Municipal de Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1925.

*Octavio F. da Rocha,*  
Intendente.

### **Acto n. 235, de 10 de Janeiro de 1925**

Dá nova organização á Directoria de Obras.

O Engenheiro Octavio Francisco da Rocha, Intendente do Municipio de Porto Alegre, no uso das attribuições que lhe confere a Lei Organica, Art. 23 § 1º e

de conformidade com a autorização que lhe foi dada pelo Conselho Municipal pela Lei n. 26, de 29 de dezembro de 1924, resolve dar á Directoria de Obras da Intendencia Municipal a organização que a este accompanha.

Intendencia Municipal de Porto Alegre, 10 de Janeiro da 1925.

*Octavio F. da Rocha,*  
Intendente.

### **Organização da Directoria de Obras a que se refere o Acto supra**

#### **DIRECTORIA DE OBRAS**

1 Director; 1 Sub-Director.

1ª Secção — Expediente — 1 Chefe de Secção; 1 1º Escripturnario; 1 2º Escripturnario; 1 4º Escripturnario; 1 Continuo; 1 Chauffeur; 1 Servente.

2ª Secção — 1 Chefe de Secção; 1 Auxiliar tecnico; 1 3º Escripturnario; 1 Auxiliar; 1 Desenhista.

3ª Secção — 1 Chefe de Secção; 1 collaborador; 5 Fiscaes de 1ª classe; 8 Fiscaes de 2ª classe.

4ª Secção — 1 Chefe de Secção; 2 Inspectores de estradas; 1 2º Conductor; 1 4º Escripturnario.

5ª Secção — 1 Chefe de Secção; 1 2º Conductor; 1 4º Escripturnario.

6ª Secção — 1 Chefe de Secção; 1 Agrimensor; 1 4º Escripturnario; 2 Desenhistas; 3 Ajudantes de desenhistas; 6 Ajudantes de corda.

7ª Secção — 1 Chefe de Secção; 1 Medico; 1 Collaborador.

Intendencia Municipal de Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1925.

*Octavio F. da Rocha,*  
Intendente.